

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.208 - RS (2019/0223082-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : **MARCIO ANDRE HENTSCHE**  
**AGRAVANTE** : **CRISTIANE LIESENFELD HENTSCHE**  
**ADVOGADO** : **JEAN CHARLES FREITAS DA SILVA - RS061957**  
**AGRAVANTE** : **BANCO SANTANDER BRASIL S/A**  
**ADVOGADOS** : **NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU - SP217897**  
: **JOSE QUAGLIOTTI SALAMONE E OUTRO(S) - SP103587**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS**

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. CANCELAMENTO. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REEXAME DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.*

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por MARCIO ANDRE HENTSCHE e CRISTIANE LIESENFELD HENTSCHE de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 504/505):

*APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CANCELAMENTO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO APÓS APROVAÇÃO DA OPERAÇÃO PELO BANCO, COM EMISSÃO DE CONTRATO NUMERADO E DA RESPECTIVA CARTA DE CRÉDITO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA.*

*Processo instruído com informações internas do sistema do banco dando conta da aprovação do financiamento solicitado pelos autores. Caso em que houve emissão da carta de crédito confirmando essa aprovação e foi confeccionado contrato de financiamento já com o respectivo número, com agendamento da data para a sua assinatura.*

*Não demonstrado qual o critério objetivo que ensejou a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*reviravolta na avaliação do negócio pela instituição financeira. Alegação vertida na contestação, de que o coautor Márcio teria sido instado a juntar documentos atualizados acerca dos seus rendimentos, quedando-se inerte, que não encontra arrimo na prova coligida.*

*Situação que demonstra não terem os autores se precipitado em ultimar a negociação do imóvel de R\$ 720.000,00 já contando com a disponibilização do crédito de R\$ 482.000,00 aprovado pelo réu. Negócio que veio a ser desfeito em razão do ocorrido, obrigando o casal, em época natalina, a procurar outro local para residir, desocupando a casa que havia sido escolhida pela família como local de moradia.*

*Indenização por perdas e danos fixada em) montante não impugnado de maneira fundada é específica pela instituição financeira. Incidência da correção monetária que deve ter comó marco a data do prejuízo, a qual é anterior àquela apontada pelos autores. Danos morais ocorrentes. Frustração e sensação de desamparo que não podem ser equiparada à mera vicissitude cotidiana. Quantum indenizatório arbitrado pelo Juízo da causa em valor que refoge aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mesmo considerando as consequências gravosas do ocorrido.*

*Substantial minoração para valor suficientemente reparatório, sob pena de causar gravame exagerado à instituição financeira.*

*Gratuidade Judiciária que se defere a um dos autores, face à prova documental da alteração em sua condição econômico-financeira no curso da lide. Efeitos ex nunc.*

**APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO PARCIALMENTE PROVIDOS.**

Nas razões do recurso especial a parte recorrente alega violação do art. 944 do Código Civil, alega em síntese, que "*ao reduzir a quantificação da reparação de forma drástica - e até destoante da sua própria fundamentação -, acabou por atribuir o caráter ínfimo ao montante, que passou a não corresponder aos prejuízos encarados pelos recorrentes.*" (e-STJ, fl. 554). Ressalta "*a necessidade da majoração da indenização por dano moral, podendo-se também reprimar o patamar antes fixado, que corresponde a um valor suficiente para aplacar o abalo sofrido pelos autores e seu filho e ao mesmo tempo incutir no banco a sensação de que não deve mais repetir a conduta*"

# Superior Tribunal de Justiça

(e-STJ, fl. 559).

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

Quanto ao requerimento dos recorrentes de majoração da indenização a título de danos morais por considerarem ínfima, assim se pronunciou o Tribunal de origem (e-STJ, fls. 515/516):

*No tocante aos danos morais, evidente que se fazem presentes. Os autores se mudaram para a casa nova e poucos dias após souberam que nela não poderiam permanecer, com o que tiveram que retirar seus móveis e procurar outro lugar para se estabelecer que não aquele sonhado pela família. Essa frustração, essa sensação de planos abandonados, de ser tratado com descaso e injustiça, não pode ser equiparada a mero dissabor ou contrariedade, como faz o banco em seu apelo.*

*Todavia, no que pertine ao montante da indenização, especificamente questionado pelo apelante, entendo que sua equiparação ao valor das perdas e danos resulta em superdimensionamento da lesão, a qual, embora de gravidade, co evidentes desdobramentos negativos na vida dos autores, não ampara, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, um quantum reparatório tão elevado, ensejando substancial minoração.*

*Suficientemente reparatório, assim, inclusive para satisfazer a função pedagógica/dissuasória do instituto, uma verba de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para cada um dos autores.*

A revisão do valor arbitrado a título de indenização, por demandar reexame de provas, é inviável no âmbito desta Corte Superior em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Excepcionalmente, quando o valor arbitrado na origem se mostrar ínfimo ou excessivo, admite-se a intervenção desta Corte para ajustar o *quantum* aos patamares da razoabilidade. No caso concreto, não se pode reputar ínfima ou exorbitante a indenização por danos morais no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil

# *Superior Tribunal de Justiça*

reais) para cada um dos recorrentes em decorrência dos prejuízos sofridos pelo autor.

O montante arbitrado não contraria aos parâmetros jurisprudenciais estabelecidos por esta Corte Superior, uma vez que não refoge aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

A propósito:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL AOS PROMITENTES COMPRADORES. ART. 535, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÕES. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

*1. Não se viabiliza o recurso especial pela alegada violação art. 535, I e II, do CPC/73 (correspondente ao art. 1.022, I e II, do Novo CPC). Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.*

*O acolhimento da pretensão recursal, a fim de afastar as conclusões do aresto estadual no tocante aos danos morais sofridos pela parte agravada, demandaria reexame de todo âmbito da relação contratual estabelecida e incontornável incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra nas Súmula n. 7 do STJ.*

*2. A revisão da indenização por dano moral apenas é possível quando o quantum arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, não cabe examinar a justiça do valor fixado na indenização, uma vez que tal análise demanda incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ.*

*3. Agravo interno não provido.*

**(AgInt no AREsp 976.888/SP, QUARTA TURMA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 09/12/2016; grifou-se).**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ATRASO NA ENTREGA DA UNIDADE E DEVOLUÇÃO DA TAXA DE OBRA.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**REEXAME DE PROVAS. VEDAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULA Nº 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DANOS MORAIS. VALOR. RAZOABILIDADE.**

**1. Tendo o tribunal de origem, quanto à responsabilidade da agravante pelo atraso na entrega da obra e legitimidade para a devolução da taxa de obra, decidido à luz das provas, a pretensão recursal esbarra necessariamente no óbice contido na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.**

**2. O Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso.**

**3. Agravo regimental não provido.**

**(AgRg no AREsp 782.138/RJ, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 28/03/2016; grifou-se).**

Destarte, inviável a pretensão das partes recorrentes.

**Ante o exposto, CONHEÇO agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.**

Por conseguinte, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários de sucumbência em 3% em acréscimo ao percentual estabelecido na origem, observados os benefícios de gratuidade de justiça concedido às e-STJ, fl. 516.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**